

Criação de peixes pode ser boa alternativa de negócio

Paulo César Falanghe Carneiro [*]

■ Há mais de 20 anos, a criação de peixes vem se apresentando como uma promissora oportunidade econômica para o empresário rural brasileiro. No início, estimulada pela expansão dos 'pesque-pague', a atividade mostrou-se muito lucrativa, permitindo à piscicultura experimentar um crescimento até então inédito no País.

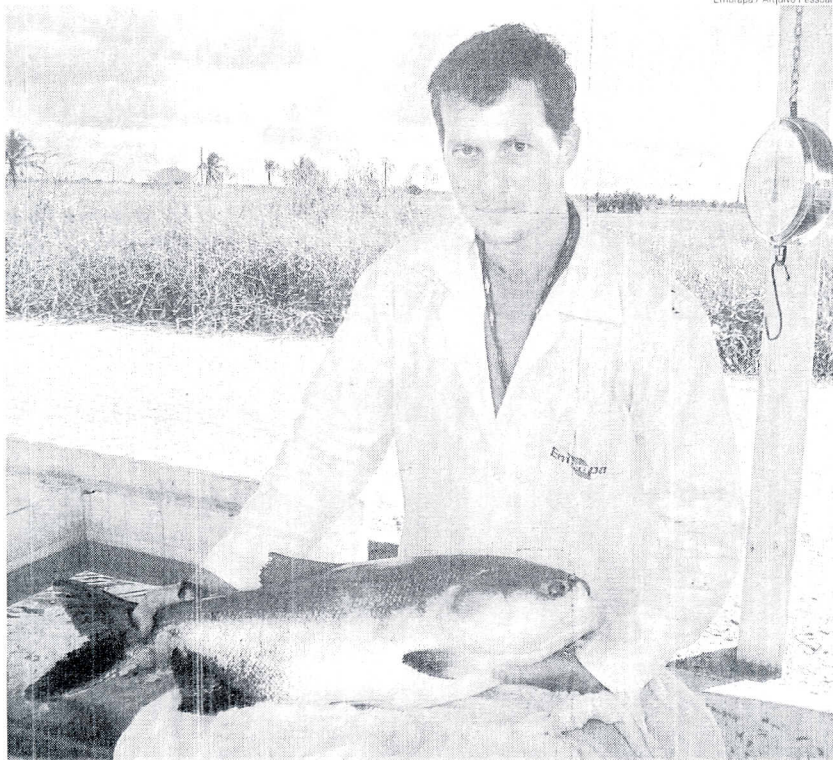
Os brasileiros começaram a perceber que os peixes poderiam ser produzidos em cativeiro, sob condições controladas e planejadas, diferentemente da tradicional pesca extrativista. A perspectiva de aumentar o consumo de um alimento nobre passou a fazer parte do dia a dia da população e o setor produtivo percebeu uma excelente alternativa de negócio.

Alguns anos se passaram, e os pesque-pagues atingiram o seu ápice, o que fez o piscicultor procurar outro caminho para a comercialização. O processamento do pescado mostrou-se como a forma mais óbvia para a continuidade do crescimento da atividade, porém trouxe a necessidade de um sistema de produção mais criterioso em termos qualitativos e com taxas de lucro mais conservadoras.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Algumas ações governamentais pontuais foram tomadas e várias indústrias de processamento de peixes cultivados foram construídas nos últimos dez anos. Porém, observou-se que a solução para o crescimento sustentável dessa atividade é mais complexa que a simples construção de processadoras de peixes.

Do ponto de vista das ações políticas do Governo Federal, pode-se resu-



Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Paulo Carneiro

mir alguns momentos históricos importantes para o setor aquícola. Até o final de 2002, a aquicultura no Brasil, que inclui, além da piscicultura, a criação de camarões, rãs, répteis e o cultivo de algas, foi tratada de forma confusa e sem uma visão de longo prazo.

Muitas siglas foram criadas desde a década de 60 como Codepe (Conselho de Desenvolvimento da Pesca), Sudepe (Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca), DPA/Ibama (Departamento de Pesca e Aquicultura/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), entre outras. Porém, somente a partir de 2003 o setor começou a ser realmente reconhecido, com a criação da Seap (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca).

Em meados de 2009, um projeto de lei a transformou no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), garantindo autonomia orçamentária e um quadro funcional permanente. A partir de então, ações de longo prazo começam a ser tomadas, aumentando as chances de o setor atrair investimentos mais sólidos.

ATRIBUIÇÕES

Dentre as atribuições do novo ministério, destaca-se a responsabilidade pela elaboração da política nacional aquícola, envolvendo esforços no âmbito da pesquisa científica, do crédito, do ordenamento da ocupação territorial e das águas da União e da fiscalização. O projeto de lei que criou o MPA autoriza inclusive a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) a criar cen-

tros de pesquisa em aquíicultura.

No final de 2009, a Embrapa criou sua primeira Unidade de Pesquisa em Aquicultura e Pesca, em Palmas, no Tocantins, e encontra-se atualmente na liderança de um grande projeto de pesquisa em rede nacional chamado Aqua-Brasil. Tal projeto envolve a participação de diversas universidades e instituições de pesquisa de todos os estados brasileiros, tendo como alicerce cinco áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentável da aquíicultura no Brasil: melhoramento genético, nutrição, patologia, qualidade da água e processamento.

[*] É graduado em Engenharia Agrônoma pela USP, Mestre em Aquicultura e Doutor em Zootecnia pela Unesp.